



O Militante

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ACERCA DA POSSIBILIDADE DE UMA SOLUÇÃO PACÍFICA DO PROBLEMA POLÍTICO PORTUGUÊS

Por JOÃO

A questão das formas de solução do problema político nacional tem para o Partido um enorme interesse teórico e prático imediato. Depois das importantes lutas travadas pela classe operária e outras camadas da população contra a ditadura de Salazar—as quais assumiram por vezes um carácter de choque aberto com as forças repressivas do regime—muitos portugueses formulam a si próprios esta pergunta: «É ainda possível arrancar Salazar do Poder por meios pacíficos?» Outros vão mais longe e respondem abertamente: «Não! Salazar só sairá pela força! Isto não vai mais com papéis nem com eleições, mas só à pancada!»

Estas observações não são, só por si, suficientes para apontar um novo rumo à luta nacional anti-salazarista, mas têm, evidentemente um grande interesse para o Partido. Elas indicam que as massas começam a reagir na base duma situação vivida, isto é, na base da sua própria experiência de luta que é, e sempre foi, o melhor cadinho para a formação das ideias.

Em relação a estes e outros temas palpitantes deve começar-se desde já a extrair do balanço político das lutas travadas nos últimos 4 meses, algumas conclusões práticas que constituam novos guias de orientação para as forças anti-salazaristas.

O Comité Central realizou recentemente o balanço político da grandiosa movimentação nacional dos últimos 10 meses e estabeleceu as directrizes que nortearão a actividade política do Partido no futuro imediato.

A esta luz devemos precisar ideias sobre alguns pontos básicos de orientação, que foram agora submetidos à prova da vida, e isso significa que teremos de pôr de lado um ou outro conceito ultrapassado, corrigir alguns outros e ao mesmo tempo enriquecer a nossa linha política com os elementos novos nascidos no fragor da luta.

Solução pacífica ou solução violenta?

Um desses pontos básicos que devemos aclarar de maneira objectiva é o da possibilidade duma saída pacífica para a situação política nacional.

Em primeiro lugar: essa possibilidade existe ainda ou não? O nosso Partido responde pela afirmativa: sim, essa possibilidade ainda existe. A grande movimentação nacional que se verificou durante e depois das eleições presidenciais e a própria concorrência ao acto eleitoral foram passos muito importantes no caminho duma solução pacífica e criaram algumas das condições fundamentais da sua viabilidade. Por exemplo:

—A luta eleitoral agrupou numa única frente tudo o que praticamente se opunha a Salazar, apesar das divergências ideológicas que existiam, e existem, entre as várias forças nela representadas;

—A classe operária afirmou-se duma maneira inconfundível como

a força política dirigente da luta nacional anti-salazarista;

—Sob a pressão do movimento popular o aparelho governamental do salazarismo abriu profundas brechas, foram visíveis a desagregação e o pânico nas fileiras do regime e as suas chagas ficaram bem patentes aos olhos do povo.

Pode concluir-se que estas condições não se afirmaram suficientemente poderosas para obrigar o salazarismo a recuar e a ceder perante a nação, mas continua a ser verdadeiro que uma solução pacífica do problema político nacional só será possível quando todos estes factores se manifestem no mais elevado grau.

Em segundo lugar: a solução pacífica exclui toda e qualquer violência? Também a esta questão o nosso Partido já respondeu claramente: Não. A solução pacífica não exclui os choques e as manifestações violentas. Um regime como o de Salazar, que se obstina em responder pelo terror às pacíficas reivindicações populares, usará da arma da violência contra o povo até ao momento em que o movimento popular se mostre suficientemente forte para o fazer curvar-se ante a vontade da nação. Até que isto venha a verificar-se, as massas populares devem estar preparadas para enfrentar novos actos de violência da camarilha governante e para lhes responder de maneira adequada.

Sob o reinado de terror do salazarismo as massas populares não têm outra alternativa senão a de percorrer o penoso caminho que vai das acções puramente pacíficas e passivas à resistência aberta e organizada contra a repressão fascista.

A nossa rica experiência nacional e a de outros povos ilustram que uma ou outra acção violenta não é suficiente para alterar o carácter pacífico de uma revolução popular.

Por exemplo, nos nossos dias, um caso típico de solução pacífica é o do Irak. A nossa revolução de 5 de Outubro, apesar de alguns tiros e umas tantas mortes, é também outro exemplo de revolução pacífica.

Em resumo: na nossa situação actual uma solução pacífica não exclui a possibilidade de acções violentas e de choques sérios com o aparelho repressivo do salazarismo. Podemos ir mais longe e afirmar mesmo que depois da forma brutal como Salazar reprimiu as lutas populares, tais acções e choques de carácter violento se produziram inevitavelmente.

Em terceiro lugar: a luta por uma solução pacífica significa que deve deixar-se de considerar a possibilidade de uma revolução violenta, duma luta armada mais ou menos prolongada? O nosso Partido nunca fez semelhante afirmação. Quando enunciámos a possibilidade histórica imediata duma saída pacífica para a complicada situação política portuguesa não pusemos de lado a possibilidade duma solução violenta, a possibilidade e a necessidade do levantamento nacional por meios violentos, no caso do governo de Salazar se entrincheirar no poder contra a vontade do povo.

Neste sentido, os acontecimentos dos últimos 4 meses forneceram também uma instrutiva lição aos anti-salazaristas portugueses. Durante a campanha eleitoral e depois dela ficou claro que o salazarismo se dispôs a sufocar pela violência as aspirações democráticas do povo português, a reprimir brutalmente as mais pequenas liberdades, a repelir por todos os meios o pacífico apelo da nação para uma mudança de regime.

A dolorosa experiência de luta dos portugueses mostra que enquanto o regime fascista se apoiar na arma do terror contra o povo, enquanto dispuser dum forte aparelho repressivo e armado, a possibilidade da revolução violenta, da insurreição popular, não pode ser excluída. Nas resoluções saídas do nosso V Congresso diz-se que a solução pacífica depende também **«da posição que a camarilha dominante assuma no momento decisivo»**. A atitude do governo salazarista durante as grandiosas jornadas da luta que a nação acaba de viver dá um relevo particular à justa desta asserção.

Nas resoluções do V Congresso diz-se ainda: **«No caso da camarilha governante se recusar a ouvir a voz da nação e continuar a sufocar pela violência a vontade do povo, as massas anti-salazaristas terão de recorrer à força, responder à violência com a violência»**.

Neste caso a responsabilidade dum tal solução cairá inteiramente sobre o governo de Salazar e aqueles que o apoiarem num tal caminho».

Nesta, momento, depois da situação vivida pelo país, descartar a possibilidade dum solução violenta seria desarmar a classe operária, as massas populares e o próprio Partido.

De qualquer maneira, se um tal dilema fosse posto à nação, o levantamento nacional por meios violentos somente poderia resultar do profundo convencimento das massas populares de que as possibilidades de solução pacífica estavam esgotadas e de que não haveria outro recurso senão a revolução violenta para liquidar a longa cadeia de sofrimentos que o salazarismo faz pesar sobre o povo português.

Então, nestas condições e só nestas, a guerra civil seria, como disse Lénine a solução que **«menos sofrimentos e sacrificios causaria ao povo»**.

Em suma: **lutar activa e consequentemente pela solução pacífica do problema político nacional, mas ao mesmo tempo prever e preparar as massas para a eventualidade dum saída violenta, de insurreição popular—tal é a exigência histórica que se coloca actualmente às forças patrióticas do nosso país.**

Evidentemente que depois da campanha eleitoral e das grandes greves e manifestações de carácter político levado a cabo pela classe operária, as forças anti-salazaristas têm diante de si tarefas novas, cuja realização pratica permitirá colher inteiramente a enorme herança positiva destes últimos 4 meses de luta popular.

Quais são essas tarefas?

Como definiu a Comissão Política do Comité Central, e se diz no «Avanti!» da 1.ª quinzena de Agosto, a «tarefa número um» das forças anti-salazaristas é **«atargar, unificar e coordenar as lutas populares. Unificar por indústria, por região, por classe; coordenar no plano nacional as lutas operárias, camponesas e das outras camadas da população; coordenar as lutas civis e militares, dirigir numa direcção única os esforços e acções dos que querem sinceramente arrear Salazar do Poder»**.

Será a realização feliz destas tarefas fundamentais que possibilitará, em última análise, a solução pacífica do problema político português ou—no caso do salazarismo se recusar pela força a atender as pacíficas reivindicações do povo—que assegurará a vitória numa acção violenta e insurreccional, de exclusiva responsabilidade dos governantes fascistas.

A solução pacífica é uma via revolucionária

A questão da solução pacífica do problema político português envolve para o nosso Partido aspectos ideológicos dum grande importância e delicadeza.

A enunciação da possibilidade dum saída pacífica não é uma posição demagógica do Partido, como certos meios anti-comunistas se esforçam por propalar com evidentes objectivos divisionistas. O marxismo-leninismo é o adversário mais irredutível de toda a demagogia, que sempre foi uma arma de mistificação da burguesia reaccionária.

O Partido Comunista defende, e luta consequentemente, por uma solução pacífica da situação política nacional porque, além de ser possível, ela corresponde aos mais profundos anseios das amplas massas populares. Como partido da classe operária, o nosso Partido vincula toda a sua actividade e orientação na linha dos interesses das mais amplas massas laboriosas da nação.

E, porém, justo dizer-se que uma correcta enunciação desta perspectiva histórica a curto prazo, tem um evidente efeito mobilizador e propagandístico, que ajudará a trazer para as posições da classe operária e do seu Partido outras camadas da população portuguesa interessadas numa imediata mudança de regime. Mesmo certas pessoas que ainda estão ligadas ao salazarismo, mas que estão profundamente descontentes com a sua política, poderão ser ganhas para a luta anti-salazarista. Estas pessoas desejam uma mudança na situação nacional, mas hesitam em enfileirar ao lado das forças democráticas e anti-salazaristas com receio dum tal solução violenta mais ou menos prolongada. Neste sentido é inegável que uma justa formulação da possibilidade de solução pacífica do problema político nacional aprofundará as contradições internas do regime e apressará a sua decomposição.

Mas uma formulação errada desta questão pelo Partido pode dar lugar a desvios oportunistas de direita, ao revisionismo. E, por exemplo, oportunismo do mais puro ligar a possibilidade de solução pacífica à exclusiva decomposição do regime fascista, à consequência exclusiva das suas contradições internas.

Toda a sociedade de classes é minada por contradições profundas e precisamente o regime fascista, por que é o regime da oligarquia financeira, onde se paralizam os interesses mais extremos, é dilacerado por contradições internas insuperáveis que aceleram a sua decomposição. Entretanto esta decomposição não está desligada da acção das forças revolucionárias, antes é fundamentalmente a sua consequência. Estas forças são sempre o elemento motor das transformações que se operam no seio da sociedade.

Tais transformações serão tanto mais revolucionárias quanto maior seja o papel dirigente da classe operária e do seu Partido.

Nas grandiosas jornadas de luta política, que a nação recentemente acaba de viver, a classe operária portuguesa e o seu partido, o Partido Comunista Português, viram-se incontestavelmente guiados à vanguarda da luta anti-salazarista, fenómeno que sendo uma realidade desde há muitos anos só agora se tornou inteiramente visível para todo o povo.

O facto de a classe operária e o seu partido encabeçarem entre nós a luta pela solução pacífica é uma garantia de que esta orientação não será nunca um caminho oportunista mas uma via verdadeiramente revolucionária.

Neste momento as forças mais consequentes da revolução portuguesa são os trabalhadores da cidade e do campo. Por isso uma das tarefas mais prementes do Partido é temperar e organizar estas forças, soldar a sua unidade, elevar o seu espírito combativo e fazê-las exercer o papel decisivo que devem ter no desenrolar dos acontecimentos nacionais. Onde vincularemos este trabalho do Partido?

A realização destas tarefas está indissolúvelmente ligada ao desenvolvimento da luta de classes no momento presente. E aqui se levanta uma outra questão: a luta por uma solução pacífica implica o abandono da luta de classes?

Evidentemente que não. A constituição dum larga frente de luta anti-salazarista que vá desde a classe operária à burguesia nacional e dos comunistas aos salazaristas descontentes não anula, antes exige, a luta de classes.

Na presente fase da situação nacional a luta de classes é necessária e inevitável. Necessária porque sem ela não se pode forjar a unidade da classe operária e soldar a aliança entre os operários e os camponeses—que é a base da frente anti-salazarista e da

conquista da Democracia—inevitável porque não é possível eliminar, numa larga frente anti-salazarista, os interesses antagónicos e permanentes das várias classes que a compõem ou nela estão representadas. E, porém, justo, que a luta de classes não seja levada, no presente momento, até ao extremo de provocar a ruptura da frente anti-salazarista. Como resolver então esta questão?

Não devemos perder de vista, em cada momento dado da luta, qual é a contradição principal da sociedade portuguesa e qual a direcção principal dos golpes das forças revolucionárias.

No momento presente, a contradição principal é a que opõe o salazarismo à nação portuguesa e o regime de Salazar, representante dos monopólios, é o inimigo número um do povo português.

Isto significa, no plano tático, que a luta de classes no nosso país deve ser principalmente dirigida contra Salazar e os monopólios que ele representa.

Tomemos o caso, por exemplo, da luta pelo aumento imediato dos salários, que é uma necessidade inadiável das classes trabalhadoras no momento actual: **Esta luta tem de ser conduzida e materializada principalmente, junto do patronato e por vezes assumirá formas agudas que poderão ir—e certamente irão—até à greve.** As classes exploradoras, sejam elas monopolistas ou não, tendem sempre a explorar o mais que podem as classes laboriosas e a arrancar delas o lucro máximo. Naturalmente, num ou noutro caso, ver-se-ão até alguns pequenos e médios patrões agir como verdadeiros inimigos do povo servindo-se do aparelho repressivo do salazarismo. Os trabalhadores saberão encontrar em cada caso concreto as formas justas de combater estes inimigos.

Mas como a contradição principal é a que opõe o salazarismo à nação portuguesa, a luta pelo aumento de salários não deve ser, **fundamentalmente**, dirigida contra a burguesia nacional não monopolista, mas contra a política de congelamento dos salários do salazarismo, servidor dos monopólios.

A burguesia nacional deve ser levada **pela luta** a compreender que não pode haver qualquer progresso actual da indústria, da agricultura e do comércio do país sem uma rápida e substancial elevação do poder de compra das massas a qual implica o aumento imediato de salários, jornas e ordenados. Insistimos, a burguesia não monopolista sómente o compreenderá através da luta das classes trabalhadoras.

É indubitável que a luta contra a política de congelamento dos salários do governo de Salazar atingirá em pleno a sua política económica anti-nacional. Esta luta, justamente dirigida, poderá pôr de pé, rapidamente, outras lutas anti-monopolistas de grande envergadura. Por exemplo, a luta contra as peias da organização

corporativa, a luta contra os impostos esmagadores, a luta contra a discriminação no nosso comércio externo, etc., etc..

Todas estas acções conjugadas alargariam extraordinariamente a luta anti-salazarista e pesariam decisivamente numa solução pacífica do problema do regime.

Como se vê, esta questão é uma grande delicadeza ideológica, pois um desvio para a direita poderia levar na prática a uma política de conciliação de classes, incompatível com a linha marxista-leninista, revolucionária, do Partido.

Todos estes problemas devem ser atentamente estudados pelo Partido pois todas estas questões teóricas têm um grande interesse prático imediato para a luta do nosso povo.

Ainda duas observações:

Alguns camaradas têm estabelecido um paralelo entre a possibilidade de solucionar pacificamente o problema político nacional e a questão da possibilidade da passagem ao socialismo por vias pacíficas, que, como se sabe, foi uma tese enunciada pela primeira vez no histórico XX Congresso do P.C.U.S.. As teses do XX Congresso ajudaram de maneira decisiva o nosso Partido e outros partidos irmãos a determinar com justeza a correlação de forças nos seus respectivos países e a estabelecer uma linha mais conforme ao leninismo.

Entretanto, não deve confundir-se a possibilidade da passagem pacífica ao socialismo (que significa uma mudança radical dum sistema social por outro) e a da solução pacífica do problema político nacional (que significa ainda a substituição dum regime burguês, embora fascista, por outro regime burguês, embora democrático).

Também o facto do nosso Partido e o Partido Comunista de Espanha terem publicado uma Declaração Conjunta em que se anunciava a possibilidade duma solução pacífica do problema político nos nossos dois países, levou alguns camaradas a identificarem as situações de Portugal e Espanha. A existência de regimes igualmente fascistas nos dois países e de um ou outro ponto de contacto das respectivas situações não devem levar-nos a um paralelismo que não existe em muitos e variados aspectos. Para o povo espanhol, onde o franquismo se instalou no poder depois duma cruenta guerra civil de quase 3 anos, que ceifou um milhão de vidas, o problema da solução pacífica tem um significado muito mais vivo e profundo.

KARL MARX NASCEU HÁ 140 ANOS!

O MARXISMO ILUMINA HOJE O CAMINHO DA HUMANIDADE

Por RAMIRO

O genial fundador do socialismo científico—Karl Marx—nasceu há 140 anos, a 5 de Maio de 1818, na cidade alemã de Trèves. Karl Marx foi o genial descobridor da lei que rege o processo da história humana e também do processo que determina o sistema capitalista de produção e da sociedade burguesa engendrada por este sistema.

Karl Marx foi um gigante do pensamento, honra e orgulho dos seus muitos milhões de discípulos e seguidores, espalhados por toda a Terra. Em Marx encontrava-se, estreitamente unidos, o pensador revolucionário e o sábio; foi um grande génio da humanidade e o maior revolucionário do seu tempo. Marx foi um mestre e um educador; para os homens avançados e progressivos o marxismo é um guia seguro em todos os campos da sua actividade.

Karl Marx é o guia e libertador do proletariado do jugo opressor do capitalismo.

Karl Marx foi o criador da doutrina marxista, que é um farol poderoso e um guia seguro para se alcançar o Socialismo, o progresso sem limites e a felicidade de toda a humanidade. «O marxismo é o sistema de ideias e a doutrina de Marx. Marx continuou e desenvolveu de maneira genial as três principais correntes de ideias do Século XIX, pertencentes às três nações mais avançadas da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês ligado às doutrinas revolucionárias francesas em geral» (Lénine). O marxismo—a doutrina marxista-leninista—ilumina hoje o caminho de Estados que abarcam dentro das suas fronteiras mais de um terço da população do Mundo, inspira e guia a luta revolucionária pela conquista do Socialismo de muitas centenas de



milhões de pessoas em todos os países da Terra.

A vida de Karl Marx é uma magnífica lição de tenacidade revolucionária e de fidelidade inquebrantável aos interesses do proletariado.

Depois de haver concluído o curso universitário em Bonn e Berlim, em 1841, com a defesa duma brilhante tese sobre os filósofos materialistas gregos Demócrito e Epicuro, Marx passou um certo período em Berlim e seguiu depois, em 1842, para Colónia, onde ocupou o lugar de chefe de redacção do jornal «Gazeta Renana», órgão da burguesia radical. Nesse mesmo ano lançou-se no estudo dos socialistas utópicos e assistiu a um congresso de sábios franceses e alemães que discutiram as teorias do socialismo.

A acção revolucionária que Marx imprimiu à «Gazeta Renana» atraiu sobre ela as iras da censura prussiana, forçando-o a abandonar a direcção deste jornal, que foi proibido de circular em 1843. Nesse mesmo ano, em Setembro, o jovem Marx contraiu matrimónio com a sua amiga de infância Jenny von Westfalen, com quem formou um casal exemplar, unido até aos últimos dias da vida de ambos, pela maior compreensão e os mais sólidos laços de profundo amor e amizade. Nas horas trágicas do exílio, na luta com o infortúnio e a miséria, Marx encontrou na sua doce companheira uma camarada da luta e de ideal.

Após o casamento Marx saguiu para Paris, onde editou, com Arnold Ruge, os «Anais Franco-Alemães», revista de que saiu um único número. Lênine, o mais fiel discípulo de Marx e o seu genial continuador revolucionário, escreveu o seguinte acerca da contribuição da Marx para os «Anais»: *«nos artigos de Marx, que a revista publicou, ele aparece-nos como um revolucionário que se propõe fazer «a crítica implacável de tudo que existe» e se dirige às massas e ao proletariado»*.

Em Setembro de 1841 dá-se em Paris o primeiro encontro pessoal entre Marx e Frederico Engels, que aí fora do propósito para o conhecer, iniciando-se assim a mútua colaboração destes dois geniais pensadores e sábios, unidos até à morte por uma magnífica amizade revolucionária. Como salientou Lênine, *«desde que o destino reuniu Karl Marx e Frederico Engels, a obra de toda a vida dos dois amigos tornou-se a sua obra comum»*.

Em 1841 Marx e Engels publicam a sua primeira obra em colaboração: «A Sagrada Família». Nesse mesmo ano Marx entra em contacto com os meios operários revolucionários de Paris. No ano seguinte Marx e Engels escreveram também em colaboração «A Ideologia Alemã», que só veio a ser publicada muitos anos após a sua morte. Nessas obras, os fundadores do socialismo científico já tinham rompido com a dialéctica idealista de Hegel e elaborado os fundamentos da concepção materialista da dialéctica na natureza e na história da humanidade.

O socialismo deixava a sua origem utópica para se transformar numa ciência.

Ao mesmo tempo que se dedicavam ao estudo profundo da economia política, da filosofia e aos problemas teóricos do socialismo, Marx e Engels participavam duma forma cada vez mais decisiva na actividade dos grupos revolucionários existentes em Paris.

Por pressões do governo prussiano, Marx foi expulso de Paris em 1845, indo viver para Bruxelas, onde publicou, em 1847, a obra «Miséria da Filosofia», crítica esmagadora ao livro do socialista pequeno-burguês Proudhon, intitulado «Filosofia da Miséria». Em Bruxelas, Marx fez parte da Liga dos Comunistas, tendo participado, em Londres, no segundo congresso desta sociedade secreta. Foi neste congresso que Marx e Engels foram encarregados de escrever o imortal «Manifesto Comunista», redigido por eles em Bruxelas e publicado em Fevereiro de 1848.

Quando na França estalou a revolução de Fevereiro de 1848, em que o proletariado teve um importante papel, o governo belga, atemorizado com a repercussão que na Bélgica teve essa revolução, prendeu Marx e expulsou-o. Marx voltou a Paris a convite do Governo Provisório, mas pouco tempo se demorou em França, porque em Março de 1848 também a Alemanha foi atingida pela onda revolucionária que sacudia a Europa. Marx foi com Engels para Colónia e aí fundou a «Nova Gazeta Renana», de que Marx foi redator-chefe.

Após o triunfo da contra-revolução na Alemanha, em 1849, Marx foi julgado pela sua actividade revolucionária, dando no tribunal o

primeiro exemplo do comportamento de um comunista perante a justiça da classe dominante. Em Março de 1849 Karl Marx foi expulso da Alemanha, regressando novamente a Paris. Com o triunfo da reacção francesa, em Junho de 1849, Marx foi novamente expulso de Paris, dirigindo-se para Londres, onde viveu até morrer.

Em Londres, de 1850 a 1860, Marx conheceu uma vida cheia de grandes privações e sofrimentos. O seu íntimo amigo, Franz Mehring, escreveu: *«Não deve ter havido emigrados que tivessem de sofrer mais misérias e privações que Marx e a sua família. E mesmo mais tarde, quando os ganhos eram maiores e mais regulares, a família de Marx não viveu nunca liberta de preocupações, quanto ao seu sustento. Durante muitos anos—e o pior já tinha passado—o único ganho seguro com que contava Marx era a libra esterlina (20 marcos) que lhe pagavam semanalmente pelos seus artigos para o «New York Tribune»*.

Nesses anos sombrios, de miséria e sofrimento, Marx trabalhava incansavelmente na sua obra genial «O Capital», condensação gigantesca dos seus vastos conhecimentos científicos, janela que se abria para o futuro radioso da humanidade, em cuja preparação trabalhou vinte anos e de que o primeiro volume foi publicado em 1867. Com esta obra Marx derrubou os princípios da economia capitalista clássica e operou uma verdadeira revolução no pensamento científico e social.

O temperamento extraordinário de Marx está presente nestas linhas que sua mulher escreveu em 1830 a Weydemeyer: *«o que me custa verdadeiramente até ao mais íntimo e me faz sangrar o coração é ter que ver o meu marido passar por tantos transe mesquinhos, vê-lo só aqui, sem ajuda de ninguém»*... e acrescentava em seguida: *«a mim estas coisas custam-me, mas ele pensa de outra forma. Nunca, nem nos momentos mais terríveis, perde a sua confiança no futuro, nem sequer o seu bom humor, e para estar contente não necessita mais que ver-me a mim um pouco alegre e os filhos rodeando e fazendo carícias ao seu pobre pai»*. Desses filhos, que eram seis, morreram três neste período trágico. Marx chegou a ter de vender a própria cama para lhes dar de comer!

As cartas em que Marx informa Engels da doença e morte do seu filho Edgar (por ele apelidado serinhosamente de Musch), têm um acanto tão humano que ferem as mais profundas fibras da alma: a 30 de Março de 1855 escrevia ele: *«minha mulher está há uma semana doente como nunca esteve, de excitação moral. A mim, estala-me o coração e arde-me a cabeça, embora tenha de armar em valente»*... e a 6 de Abril escreve: *«o pobre Musch já não existe. Ficou-me adormecido—falando literalmente—entre os braços esta madrugada, entre as cinco e as seis. Nunca esquecerei o consolo que nos proporcionou, nestes dias espantosos, a tua amizade»*. E a 12 de Abril Marx escrevia ao seu grande amigo: *«eu, que passei na vida por tantos apuros, não conhecia até agora o que era sofrer deveras... Só uma coisa me mantem de pé, debaixo destes tormentos espantosos: a lembrança de ti e da tua amizade e a esperança de que, juntos, ainda havemos de fazer alguma coisa que valha a pena neste mundo»*.

Se não fosse a ajuda financeira de Engels, Marx, sem dúvida, não teria podido levar por diante a sua obra imortal, o seu legado enorme ao proletariado revolucionário de todo o mundo. Numa carta a Sigfried Meyer, Marx confessava que esteve constantemente *«à beira da tumba. Por isso tinha que empregar todos os momentos em que era capaz de trabalhar para poder terminar o trabalho ao qual sacrificarei a minha saúde, a minha felicidade na vida e a minha família»*.

Marx não podia virar as costas aos sofrimentos da humanidade trabalhadora para olhar para si próprio, para se interessar só pela sua tranquilidade e a dos seus láto, para Marx, significaria uma fraqueza inadmissível. Por isso mesmo, até ao último instante, não viveu para o seu bem-estar pessoal, sacrificou-se abnegadamente, oferecendo à causa do Socialismo e à libertação dos trabalhadores e de todos os oprimidos, tudo aquilo que lhe era mais querido.

STÁLINE E A SUA OBRA NA ENCICLOPÉDIA SOVIÉTICA

O quadragésimo tomo da Enciclopédia Soviética acaba de aparecer em Moscovo. Contém, entre outras, uma biografia completa de Stáline que publicamos seguidamente na íntegra.

Obra dum trabalho colectivo de historiadores e personalidades responsáveis do Partido Comunista da União Soviética, esta biografia descreve as etapas essenciais da vida e da obra de Stáline, formulando sobre elas uma apreciação científica.

STÁLINE, José Vissarionovitch Djughachvili (21 de Dezembro de 1879—5 de Março de 1953) foi um destacado dirigente do movimento operário revolucionário da Rússia e internacional, do Partido Comunista da União Soviética e do Estado Soviético, e um teórico notável do Marxismo-Leninismo.

Nasceu em Gori (governo de Tiflis), na família dum sapateiro, e foi, depois, operário numa fábrica de calçado.

Em 1894 acabou os seus estudos na escola religiosa de Gori, e entrou para o seminário ortodoxo de Tiflis.

Nos fins do século XIX, o movimento operário engrandecia-se na Rússia, o marxismo propagava-se.

O Movimento Revolucionário na Transcaucásia

A «**União da Luta pela Libertação da Classe Operária**», criada em Petersburgo, no ano de 1895, por Lênine, deu um forte impulso ao movimento social-democrata em todo o país, incluindo a Transcaucásia.

Sob a influência dos social-democratas russos e georgianos, Stáline, ainda aluno do seminário, participou no movimento revolucionário, frequentou um círculo marxista, estudou as obras de Karl Marx, Friedrich Engels, Lênine e Plekanov.

Em 1898 aderiu à organização de Tiflis do Partido Operário Social Democrata da Rússia e distribuiu propaganda entre os operários das oficinas de caminho de ferro desta cidade.

Em 1899, expulso do seminário pela sua propagação do marxismo, passou à clandestinidade e tornou-se revolucionário profissional. E então que começa a sua actividade com Ketskhoveri e Tsulukidzé, destacados marxistas revolucionários georgianos, e Kurnatovsky, discípulo e companheiro de armas de Lênine, chegado a Tiflis no outono de 1900, e que desempenhou um considerável papel na propagação das ideias marxistas na Transcaucásia. Stáline estava ligado a Kurnatovsky no plano da acção revolucionária.

Em Setembro de 1901 um jornal social-democrata, da tendência da «Iskra», a «Brzdola» (A Luta), principiou a aparecer com a participação de Ketskhoveri e de Stáline, que aí publicou vários artigos.

Em fins de 1901, o comité de Tiflis enviou Stáline a Batum, onde ele dirigiu o trabalho revolucionário entre os operários, participou na criação da organização social-democrata desta cidade e foi um dos organizadores dum grande manifestação política dos operários, em Março de 1902.

A Luta pela linha Bolchevique

Em Abril de 1902 Stáline foi preso. Na prisão teve conhecimento das divergências de orientação que se tinham produzido entre os bolcheviques e os mencheviques no segundo congresso do P.O.S.D.R. (Partido Operário Social-Democrata da Rússia) e enfileirou ao lado dos bolcheviques.

No outono de 1903 Stáline foi deportado para a aldeia de Novaya Uda (distrito de Balagansk, do governo de Irkutsk).

Tendo-se evadido em Janeiro de 1904, regressou ilegalmente ao Cáucaso e aí, com Tshkokaia, Chaumian, Knuniantz, Makhazardé e outros, entrou para o Comité da União Caucásiana do P.O.S.D.R., participou na redacção do Jornal «Proletariats Brzdola» (A Luta do Proletariado), na luta dos bolcheviques pela convocação do terceiro congresso do Partido.

Nos anos da primeira revolução russa (1905-1907), Stáline, na qualidade de dirigente do Partido na Transcaucásia, levou a efeito

um grande trabalho ideológico e de organização; nos seus artigos, publicados em brochuras e jornais bolcheviques, defendia as ideias leninistas sobre a hegemonia do proletariado e sobre a insurreição armada, levantou-se contra a ditadura oportunista dos mencheviques e dos anarquistas.

Participou nos trabalhos da primeira Conferência bolchevique da Rússia, em Tammensfors (1905), no quarto Congresso (chamado Congresso da Unificação) do P.O.S.D.R. (Estocolmo, 1906) e, em 1907, no quinto Congresso deste Partido (Londres).

No quarto Congresso, Stáline, defendeu a linha bolchevique sobre a revolução, mas, na altura dos debates sobre a questão agrária, colocou-se entre os «partilhacionistas», os quais, contrariamente a Lênine, autor do programa de nacionalização da terra, defendiam a errónea reivindicação da partilha da grande propriedade agrária pelos camponeses.

A partir de Junho de 1907, encontrando-se em Bakú, Stáline trabalhou com Chaumian, Djaparidzé, Ordjonikidze, Azysbekov, Spandarian, Vorochilov, Fioletov e outros na organização de Bakú do Partido, colaborou activamente nos jornais bolcheviques desta cidade, lutou contra os mencheviques. Em Março de 1908 foi preso e deportado para Solvitchegodsk (governo de Vologoda).

Evadiu-se em Junho de 1909 e regressou a Bakú.

Em Fevereiro de 1910, a imprensa central do Partido publicou, num suplemento do jornal «O Social-Democrata», as «Cartas do Cáucaso» em que Stáline sustentava a linha leninista de luta contra os liquidacionistas e conciliadores.

Em Março de 1910, Stáline foi preso novamente e deportado para Solvitchegodsk.

A criação da «Pravda»

Em Janeiro de 1912, numa sessão do Comité Central eleito na quarta Conferência bolchevique da Rússia (Praga), foi admitido na sua ausência no Comité Central e no Secretariado Russo do Comité Central.

Evadido em Fevereiro de 1912, continuou o trabalho do Partido, colaborou no jornal bolchevique «Izvestia» e participou na preparação do primeiro número da «Pravda».

Em Abril de 1912 foi preso em Petersburgo e desterrado para território do Narym. Evadiu-se de novo em Setembro de 1912 e regressou a Petersburgo, onde tomou parte, com Sverlov, Molotov, Olminski e outros, na redacção da «Pravda» e na direcção da actividade bolchevique quando da campanha das eleições para a quarta Duma.

Em Setembro de 1912, Stáline participou numa Conferência do Comité Central com os militantes do Partido em Caróvia.

Partindo da teoria e do programa do Partido bolchevique sobre a questão nacional elaborados por Lênine, Stáline escreveu (fins de 1912, princípios 1913) «O Marxismo e a questão nacional».

Esta obra, muito conhecida, foi grandemente apreciada por Lênine; nela Stáline criticava asperamente o programa nacional oportunista dos social-democratas austriacos e dos seus adeptos na Rússia (Bund e mencheviques liquidacionistas), e defendia o programa bolchevique sobre a questão nacional.

Em Fevereiro de 1913 foi preso em Petersburgo e deportado para território de Turukhansk.

A Revolução de Fevereiro de 1917

Depois da revolução democrática de Fevereiro, Stáline voltou a Petrogrado em Março de 1917.

Tornou-se membro da direcção do Secretariado do Comité Central e da redacção da «Pravda».

Neste período adoptou uma posição errada sobre os problemas da Paz e o papel dos Sovietes, sustentou a palavra de ordem, já então ultrapassada, da ditadura democrática revolucionária do proletariado e dos camponeses, defendeu a política da «pressão dos Sovietes sobre o governo provisório». «Era uma posição profundamente errada», dizia depois o próprio Stáline, porque compartilhava as ilusões pacifistas, fazia o jogo do «jusqu'au-boutisme» (a corrente dos que defendiam a guerra até ao fim — N.T.) e entraveava a educação revolucionária das massas. Esta posição errada compartilhava-a eu então com outros camaradas do Partido, e só renunciei a ela inteiramente, em meados de Abril, quando aderi às teses de Lênine».

Na sétima conferência bolchevique da Rússia, conhecida por Conferência de Abril (1917), Stáline sustentou a linha da revolução socialista, a de Lênine, e apresentou um informe sobre a questão nacional. Neste período o Partido bolchevique, sob a direcção de Lênine, desenvolveu uma actividade de enorme envergadura entre os operários, soldados e camponeses, lutou pela transformação da revolução democrática burguesa em revolução socialista. Stáline participou activamente no trabalho do Partido para a organização e a educação política das massas.

Em Julho e Agosto de 1917 realizou-se em Petrogrado o sexto Congresso do Partido. Lênine, que se encontrava na clandestinidade, dirigia, por intermédio de Sverdlov, Stáline, Molotov e Ordjonikidze, a preparação e a realização do Congresso.

Como ele não podia assistir, o Comité Central encarregou Stáline de apresentar o seu informe, assim como o informe sobre a situação política. Aí, este desenvolveu a linha leninista de preparação e efectivação da revolução socialista. No seu discurso de encerramento, ripostou às asserções de Preobrajenski e outros, que consideravam impossível a vitória da revolução socialista na Rússia sem que se verificasse o triunfo da revolução no Ocidente.

«Não se exclui a possibilidade», dizia Stáline, que seja a Rússia a abrir o caminho para o socialismo... precisamos de rejeitar a concepção ultrapassada, segundo a qual só a Europa nos pode indicar o caminho». O Congresso adoptou a linha leninista da insurreição armada, da conquista da ditadura da classe operária.

A preparação da insurreição

No dia 10 (25 de Outubro de 1917), o Comité Central do Partido, durante uma reunião histórica, adoptou uma resolução escrita e proposta por Lênine, que proclamava a necessidade de começar, nos dias mais próximos, a insurreição armada. Foi criado um centro político para a dirigir. A Comissão Política do Comité Central tinha à sua frente Lênine. No dia 16 (29) de Outubro de 1917, o Comité Central confirmou, em reunião ampliada, a resolução da sessão anterior sobre a insurreição armada e criou um centro militar revolucionário, em que participaram Sverdlov, Stáline, Djerjinski, Bubnov, Uritski.

A direcção diária da actividade deste centro era assegurada por Lênine.

No segundo Congresso dos Sovietes da Rússia, em 26 de Outubro (8 de Novembro) de 1917, Stáline foi eleito membro do Comité Executivo Central da Rússia e nomeado Comissário do Povo para as questões das nacionalidades. A partir de Março de 1919 passou a acumular este cargo com o de Comissário do Povo para o controle do Estado, reorganizado depois como Comissariado do Povo para a inspecção operária e camponesa.

A intervenção estrangeira

Nos anos da intervenção armada estrangeira e da guerra civil, Stáline era membro do Conselho revolucionário da guerra da República, e desempenhava missões importantes do Comité Central do Partido e do Governo Sovietico em diversas frentes (sector de Tsaritsine da frente Suest, Sul e Sudoeste).

Derrotados os intervencionistas e terminada a guerra civil, a altura em que, quando da passagem à edificação económica pacífica, os grupos hostis ao Partido emprenderam a luta contra a linha elaborada por Lênine, Stáline defendeu a linha leninista, lutou contra os agrupamentos e fracções hostis (trotskistas, «oposição operária», «grupo do centralismo democrático»).

No décimo Congresso do Partido (1921), Stáline apresentou um informe sobre as tarefas imediatas do Partido quanto à questão nacional.

Depois do décimo primeiro Congresso (1922), numa sessão plenária do Comité Central, Stáline foi eleito secretário-geral do Comité.

A criação da União Soviética

Durante este período o Partido levou a cabo, sob a orientação de Lênine, um grande trabalho para a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Lênine considerava que a URSS deveria constituir uma união revolucionária de repúblicas federadas, soberanas e iguais em direitos.

Nesta questão, Stáline tomou de início uma posição errada ao apresentar um projecto de «autonomização», isto é, de adesão à R.S.F.S.R. de outras repúblicas soviéticas a título de unidades autónomas.

Lênine levantou-se resolutamente contra esta proposta, criticou os erros de Stáline na política nacional, o seu espírito de conciliação a respeito das manifestações do chauvinismo da nação dominante.

Os princípios leninistas foram adoptados pelo Comité Central e constituíram a base da formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

No primeiro congresso dos Sovietes da URSS (1922), o informe do Comité Central do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia foi, devido à doença de Lênine, apresentado por Stáline.

Depois da morte de Lênine

Depois da morte de Lênine, o Partido Comunista, sob a direcção do Comité Central, conduziu o povo soviético, com mão firme e segura, no caminho da realização dos preceitos de Lênine, da edificação do socialismo.

Neste período Stáline escreveu obras que tiveram grande importância na defesa e propaganda do leninismo, na derrota ideológica das correntes anti-leninistas. Neste aspecto desempenhou um papel considerável a obra «Sobre os Fundamentos do Leninismo» (1924), em que Stáline expunha os problemas fundamentais da doutrina leninista e mostrava a contribuição que Lênine tinha trazido ao marxismo.

Na luta contra os trotskistas, a defesa feita por Stáline e por outros dirigentes do Partido da teoria leninista sobre a possibilidade de ver triunfar o socialismo inicialmente num só país em separado, da vê-lo triunfar na URSS, nas condições do cerco capitalista teve uma particular importância.

A edificação do socialismo

Partindo das indicações de Lênine, que tinha elaborado um programa, com fundamento científico, para a edificação do socialismo na URSS, o Partido voltou-se para a industrialização socialista do país. Esta linha foi exposta no informe político do Comité Central ao décimo quarto Congresso do Partido (1925), apresentado por Stáline.

Neste informe era frizado que a industrialização consistia essencialmente no desenvolvimento primordial da indústria pesada e, antes de tudo, das construções mecânicas. O informe punha a claro a diferença radical entre a industrialização socialista, indissolúvelmente ligada ao melhoramento da situação material dos trabalhadores, e a industrialização capitalista, realizada por meio de conquistas e rapinas coloniais, duma impiedosa exploração dos trabalhadores.

Em princípios de 1926 apareceram as «Questões do Leninismo», em que Stáline criticava as ideias oportunistas dos zinovievistas, que tinham deslizado para as posições ideológicas do trotskismo.

Na décima quinta conferência do Partido (Novembro de 1926) Stáline apresentou o informe «**Sobre o desvio social-democrata no nosso Partido**» e, na sétima reunião plenária ampliada do Comité Executivo da Internacional Comunista (Dezembro de 1926), o informe «**Mais uma vez sobre o desvio social-democrata no nosso Partido**». Estes dois informes contribuíram grandemente para cerrar as fileiras do Partido sob a bandeira das ideias leninistas, para desmascarar os trotskistas, a sua capitulação ante o capitalismo e a sua acção desagregadora.

Com base nos êxitos da industrialização socialista, inspirando-se no plano cooperativo leninista, o décimo quinto Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética (1927) colocou como tarefa imediata, como a mais importante do Partido e do povo soviético, a colectivização da economia rural. Estas questões foram expostas no informe político do Comité Central apresentado ao Congresso por Stáline.

Neste período, o grupo anti-partidário dos oportunistas de direita (Bukharine, Rykov, Tomski, e outros) lançou-se abertamente contra a linha geral do Partido. Os informes de Stáline «**Sobre a industrialização do país e o desvio de direita no P.C. (bolchevique)**» (1928), «**Sobre o desvio de direita no P.C. (bolchevique)**» (1929) e outros denunciaram a ideologia dos kulaks.

* * *

No XVI Congresso do P.C. (b) (1930) e no XVII (1934) Stáline apresentou os informes sobre a actividade do Comité Central do Partido. Neste período o Partido Comunista e o Estado Soviético, conduziam uma larga ofensiva do socialismo contra os elementos capitalistas.

Numa situação internacional tensa, o país teve de vencer imensas dificuldades para, num período histórico o mais curto possível, acabar com o atraso económico e técnico. Orientando-se para o desenvolvimento prioritário e preponderante da indústria pesada, o Partido conseguiu triunfos decisivos na industrialização socialista do país e na colectivização da economia rural.

Em 1938 Stáline escreveu a obra «**O materialismo dialéctico e o materialismo histórico**», em que expunha sucintamente os princípios da filosofia marxista-leninista, e mostrava a sua importância para a actividade prática do Partido.

Em Março de 1939, realizou-se o XVIII Congresso do P.C. (b). No informe do Comité Central J.V. Stáline expôs o programa, elaborado pelo Comité Central, de luta do Partido e do povo soviético para completar a edificação da sociedade socialista e para a passagem gradual do socialismo ao comunismo.

Durante a Grande Guerra Nacional

Em 6 de Maio de 1941 Stáline foi nomeado Presidente do Conselho dos Comissários do Povo da URSS. No Início da Grande Guerra Nacional da União Soviética, foi nomeado Presidente do Comité de Estado para a Defesa, Comissário do Povo para a Defesa, Comandante-em-chefe supremo das forças armadas da URSS. Ocupou estes cargos até à conclusão vitoriosa da guerra. A grande vitória sobre a coligação hitleriana foi conseguida pelo povo soviético sob a direcção do Partido Comunista e do seu Comité Central, com Stáline à cabeça.

Nos anos de guerra, Stáline como Chefe do Governo soviético, tomou parte nas conferências dos dirigentes da URSS, Estados Unidos e Grã-Bretanha em Teherão (1943), em Yalta e Berlim (1945). Durante este período trocou com os presidentes dos Estados Unidos e os primeiros ministros da Grã-Bretanha uma correspondência diária, em que lutou com tenacidade pelo reforço da coligação anti-hitleriana, e defendeu da maneira consequente os interesses nacionais dos povos vítimas da agressão nazi.

No período do pós-guerra, Stáline publicou «**O marxismo e os problemas da linguística**» (1950) e «**Os problemas económicos do socialismo na URSS**» (1952), em que tratava de importantes questões da teoria marxista-leninista. «**Os problemas económicos do socialismo na URSS**» exerceram uma grande influência na elaboração de certas teses de economia política do socialismo. Stáline salientava o carácter objectivo das leis económicas no regime socialista; fundamentando-se nas considera-

ções dos clássicos do marxismo-leninismo, formulou a lei económica fundamental do socialismo, a lei do desenvolvimento metódico e proporcional da economia nacional; notava o papel do desenvolvimento primordial da produção dos meios de produção na reprodução socialista ampliada.

Por outro lado, há nesta obra um certo número de teses erradas e discutíveis, como por exemplo:

— A afirmação de que a circulação mercantil começa a travar o desenvolvimento das forças produtivas do país e que é necessário passar gradualmente à troca dos produtos;

— A substituição do efeito da lei do valor na esfera da produção, particularmente no que diz respeito aos meios de produção;

— A tese da inevitabilidade duma diminuição do volume da produção capitalista depois da segunda guerra mundial, e da inevitabilidade, nas condições contemporâneas, de guerras entre os países capitalistas.

Em Outubro de 1952, realizou-se o XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Na sessão de encerramento do Congresso Stáline pronunciou um discurso. Numa sessão plenária do Comité Central, realizada a seguir ao Congresso, Stáline foi eleito membro do «Presidium» e Secretário do Comité Central do Partido.

A actividade eminente de Stáline foi largamente apreçada pelo governo soviético, que o distinguiu com os títulos de Herói do Trabalho Socialista (1936) e Herói da União Soviética (1945), e com o posto de generalíssimo da União Soviética (1945). Foi condecorado com três ordens de Lénine e as ordens da Vitória, da Bandeira Vermelha e Suvorov primeira classe e medalha.

Depois duma terrível doença, J.V. Stáline morreu em 5 de Março de 1953.

Os Grandes méritos de Stáline

No decorrer de longos anos, Stáline foi um dirigente do Partido e do Estado. Revolucionário eminente da classe operária, desempenhou um importante papel na organização da luta do proletariado da Rússia contra o czarismo, os grandes latifundiários e a burguesia, na preparação e realização da revolução socialista da Rússia, na luta contra os guardas brancos e os intervencionistas durante a guerra civil, na realização do plano leninista de industrialização da URSS e de colectivização da economia rural, na luta pela edificação do socialismo, pela independência do país dos soviéticos e pela manutenção da Paz.

Um dos seus grandes méritos foi alcançado na luta ideológica contra os inimigos do leninismo: trotskistas, oportunistas de direita, nacionalistas burgueses e revisionistas de todas as cores. Nas suas obras de teoria, Stáline, defendendo o leninismo, desenvolveu a teoria marxista leninista, adaptando-a à edificação do socialismo na URSS, o que teve grande importância para todo o movimento operário e comunista internacional.

Pela sua dedicação à classe operária, pela sua abnegação na luta pelo socialismo, pelo marxismo-leninismo, Stáline tornou-se conhecido em todo o mundo e adquiriu uma autoridade imensa no Partido e entre o povo.

O culto da personalidade

Foi nestas condições que nasceu e se desenvolveu pouco a pouco o culto da personalidade de Stáline.

Para compreender como pode isso acontecer, precisamos de ter em conta as condições históricas concretas e objectivas em que era construído o socialismo na URSS, e também alguns traços, pessoais e negativos, do carácter do próprio Stáline.

O país dos Soviéticos foi, durante muito tempo, uma fortaleza sitiada. A ameaça da agressão imperialista pendia sobre ele. Esta ameaça acentuou-se depois do aparecimento do fascismo na Alemanha (1933).

A edificação do socialismo realizou-se nas condições de uma feroz luta de classes. Era necessário superar a resistência das classes exploradoras e desencadear uma luta sem tréguas contra os inimigos do leninismo. Uma situação internacional e interior complexa pedia uma disciplina de ferro, uma rigorosa centraliza-



ção da direcção, tornando necessárias certas restrições da democracia soviética e interior do Partido.

Stáline começou a transformar em regra da vida do Partido e do Estado estas restrições, inevitáveis nas condições duma árdua luta contra o inimigo de classe e os seus agentes, e duma guerra contra os invasores fascistas alemães. Ele transgrediu as normas da vida do Partido, elaboradas por Lênine, e o princípio da direcção colectiva, mostrando-se intolerante a respeito de tudo o que contradizesse a sua opinião pessoal.

Enquanto a actividade das organizações locais do Partido seguia o seu curso normal, em conformidade com os estatutos do Partido, as reuniões plenárias do Comité Central e os Congressos do Partido realizavam-se irregularmente, até que deixaram de ser convocados durante anos. Stáline achou-se, na realidade, fora do alcance da crítica.

Por volta de Dezembro de 1922 — Janeiro de 1925, Lênine escrevera uma «Carta ao Congresso». Achava necessário fazê-la chegar ao conhecimento do XII Congresso do Partido. Nela indicava que Stáline havia concentrado nas suas mãos um imenso poder. Ele punha em dúvida se Stáline saberia sempre exercê-lo com a suficiente prudência. Lênine notava que Stáline se mostrava brutal, caprichoso, desleal, insuficientemente atento para com os outros camaradas.

Propunha que fosse encarada a substituição de Stáline no cargo de secretário-geral por outro camarada, calculando que os defeitos de Stáline pudessem, por conseguinte, ter graves consequências para o Partido e para o país. Depois da morte de Lênine, foi feita a leitura da sua carta nas reuniões das delegações ao XIII Congresso do Partido (Maio de 1924).

No intervalo entre o XII e o XIII Congressos, sobretudo depois da morte de V. I. Lênine, os grupos anti-leninistas intensificaram a sua actividade. A oposição tendo à cabeça L. Trotski, lançou-se abertamente contra a linha geral do Partido.

As delegações ao XIII Congresso, e seguidamente a sessão plenária do Comité Central, examinando a carta de Lênine nas condições duma acérrima luta interior no Partido, levaram em consideração o grande trabalho teórico e de organização efectuada por Stáline na luta contra os trotskistas e os outros grupos da oposição e, pensando que Stáline cumpriria conscienciosamente a promessa de superar os seus defeitos, os quais tinham inspirado a séria inquietação a Lênine, pronunciaram-se pela continuação da Stáline no cargo de secretário-geral do Comité Central.

Nos primeiros tempos que se seguiram à morte de Lênine Stáline levou em conta as suas observações críticas. Porém mais tarde, sobretudo após o XVII Congresso do Partido (1934) aumentando desmesuradamente os seus próprios méritos, julgou-se infalível. Os êxitos conseguidos pelo Partido e pelo país dos Sovietes, assim como os louvores que lhe eram prodigalizados, subiram-lhe à cabeça.

Teses erradas

Nos últimos anos da actividade de Stáline houve uma ruptura nitidamente marcada entre as palavras e os actos, entre a teoria e a prática. As suas obras continham teses justas, profundamente marxistas, sobre o povo como artífice da história, sobre o papel do Partido e do seu Comité Central como dirigente colectivo. Todavia, na prática, durante o último período da sua vida, Stáline separou-se destas teses marxistas leninistas e contribuiu para a extensão do culto da sua própria personalidade, cuja expressão se encontra no «Compêndio de história do P. C. (b)» (1938) e na segunda edição da biografia de Stáline (1946), redigidos pelo próprio Stáline.

Stáline acentuava, com razão, a necessidade de reforçar o Estado Soviético, de se mostrar intransigente para os inimigos de classe, vigilante para os contra-revolucionários. Mas, em 1937, ele concebeu a tese errada de que, com a progressão do Estado Soviético na edificação do socialismo, a luta de classes no país devia acentuar-se cada vez mais.

A luta de classes na URSS atingiu o máximo de acuidade no período em que se decidia a questão «Quem vencerá a guerra», no momento mais rijo da batalha para alicerçar o socialismo. Mas, uma vez liquidadas as classes exploradoras, e tendo a sociedade soviética atingido uma sólida unidade moral e política, a tese segundo a qual a luta de classes continuaria inevitavelmente a acentuar-se, era errada.

Stáline serviu-se desta tese para motivar uma repressão massiva sobre os adversários ideológicos, politicamente derrotados, e que, nas novas condições, se tornara desnecessário.

Nesta situação, os inimigos ilegais do Partido e do povo (Yagoda, Yéjov, Béria), que tinham captado a confiança de Stáline, calcularam e exterminaram muitas pessoas honestas e dedicadas ao Partido. Verificaram-se igualmente casos de violação dos princípios leninistas da política das nacionalidades. O desmascaramento e o esmagamento, em 1953, do bando criminoso de Béria permitiram descobrir e pôr côbro às violações de legalidade socialista perpetradas por ele.

Erros de apreciação

Stáline contribuiu de maneira notável para a defesa do país na luta contra o fascismo. Todavia, na altura da Grande Guerra Nacional, apreciou erradamente a situação internacional. Exagerando a importância do tratado germano-soviético de não agressão, ele não acreditava nas informações sobre os preparativos directos de invasão do território soviético pelas tropas fascistas alemães, Rejeitou todas as propostas sobre a necessidade de alertar as tropas soviéticas das zonas fronteiriças.

Foi esta uma das causas do aspecto fulminante que tomou a agressão hitleriana para as tropas soviéticas do Oeste. As forças que defendiam a fronteira opuseram uma heróica resistência aos invasores mas, insuficientemente aptas a repelir o ataque e obrigadas a aceitar o combate em situação muito desvantajosa, sofreram graves perdas em homens e em material da guerra, o que modificou nitidamente a relação de forças em proveito do adversário.

Na direcção de certas operações militares importantes, Stáline tomava por vezes decisões sem contar com as opiniões dos membros do Comité Central que se ocupavam do trabalho militar, sem esclarecer a situação real, o que se repercutiu desastrosamente na marcha das operações militares no primeiro período da guerra.

Nos anos de guerra, o Partido e o governo organizaram a produção de material de guerra em larga escala no Leste do país. Graças à grande superioridade do sistema socialista, à presença duma indústria altamente evoluída, à abnegação dos povos da União Soviética, pôde-se alcançar rapidamente a superioridade sobre o inimigo no que respeita à quantidade e à qualidade do armamento, fazendo gorar os planos fascistas de «guerra relâmpago», assegurar uma viragem na guerra e preparar as condições para o esmagamento dos invasores hitlerianos.

O Partido Comunista e o seu Comité Central foram a força organizadora e dirigente da luta heróica de todo o povo contra os invasores fascistas alemães. O Partido Comunista unificava e orientava a actividade de todas as organizações do Partido e dos Sovietes, das organizações económicas e sociais, dos organismos militares.

Os membros do Comité Central do Partido, eminentes chefes militares soviéticos, as organizações locais do Partido e dos Sovietes desenvolveram uma imensa actividade de organização, política, económica e militar. Graças à firmeza e ao heroísmo dos combatentes soviéticos e à actividade dos destacados chefes do exército, operações militares de uma envergadura, duma maestria e duma audácia de concepção sem precedentes foram preparadas e efectuadas com êxito. Foram elas que conduziram a uma completa vitória sobre o inimigo.

No pós-guerra, Stáline tomou muitas vezes, por sua conta e risco, decisões erradas em questões económicas, e rejeitou soluções novas manifestamente oportunas, propostas emanadas dos membros do Comité Central.

Isso prejudicou o desenvolvimento económico do país, sobretudo

na agricultura. Graves erros foram também cometidos por Stáline em certos problemas da política externa do Estado Soviético (por exemplo a ruptura com a Jugoslávia).

O Comité Central faz as correcções

Depois da morte de Stáline, os inimigos do socialismo em todo o mundo esperavam que, sem ele, se estabeleceria a confusão nas fileiras do Partido Comunista da União Soviética. Os inimigos pensavam que o Estado Soviético ficaria enfraquecido, esperavam poder tirar algum proveito e desviar o povo soviético da vida socialista.

Todos os cálculos dos inimigos do socialismo se malograram, pois o Partido e o Estado Soviético tinham e têm à sua frente o Comité Central, infinitamente dedicado ao leninismo, com uma justa compreensão das necessidades presentes do país em política interna e externa, conduzindo o povo com mão firme na via socialista.

O Partido condenou com rectidão e firmeza leninistas as faltas cometidas por Stáline no último período da sua actividade, afim de impedir que elas se repitam no futuro. O Partido criticou severamente as violações das normas leninistas de direcção colectiva e de democracia interna do Partido e as infracções à legalidade socialista. Fendo termo a estas violações, reforçou-se o Partido Comunista da União Soviética, elevou-se ainda mais o seu prestígio entre as massas laboriosas e criaram-se todas as condições para a consolidação e o desenvolvimento da democracia socialista na URSS.

Os ideólogos do imperialismo e todos os inimigos do socialismo, procurando desviar do socialismo os trabalhadores dos seus países, tentam demonstrar que o culto da personalidade, com todos as suas consequências, fazem parte da própria natureza do sistema social e político socialista. A verdade é que o culto da personalidade está em profunda contradição com o sistema socialista soviético, com a teoria marxista-leninista. É o que explica que o Partido Comunista se tenha, por sua própria iniciativa empenhado numa luta decidida pela liquidação do culto da personalidade e das suas consequências.

É incontestável que o culto da personalidade de Stáline e os erros por ele cometidos no último período da sua vida frearam de

certo modo o desenvolvimento da sociedade soviética, mas não o fizeram parar nem, com mais razão, mudar a natureza do sistema soviético.

O povo da URSS e os Partidos Comunistas de todos os países aprovaram e apoiaram as decisões do XX Congresso do Partido, que traçam o programa da edificação do comunismo e para a elevação contínua do nível de vida dos trabalhadores, que marcam uma linha de luta consequente para manter e consolidar a Paz, para reforçar a unidade dos países socialistas, para o estreitamento das relações internacionais fraternas entre os Partidos Comunistas e Operários de todos os países.

As decisões do XX Congresso revelaram igualmente o prejuízo que o culto da personalidade de Stáline trouxe ao Partido e ao Estado e apontaram os meios de eliminar as suas consequências.

O nome de Stáline é inseparável do marxismo-leninismo

Stáline ocupou durante muito tempo uma posição dirigente no seio do Comité Central do Partido Comunista. Toda a sua actividade está ligada à grande realização das grandes transformações socialistas no país dos Sovietes, O Partido Comunista, e o povo soviético recordar-se-ão de Stáline e prestar-lhe-ão homenagem. O seu nome é inseparável do marxismo-leninismo, e seria desleixar grosseiramente a verdade histórica querer estender os erros cometidos por Stáline no último período da sua vida a todos os longos anos da sua actividade como dirigente do Partido e homem de Estado.

A campanha empreendida pelos meios reacçãoários imperialistas contra o «stalinismo», que eles próprios inventaram, é, na realidade, uma campanha contra o movimento operário revolucionário.

As investidas dos revisionistas contra o «stalinismo» são igualmente, no fundo, uma forma de luta contra as teses fundamentais do marxismo-leninismo.

(Traduzido da «France Nouvelle», n.º 645, 20-26-3-1958)

(ERRATA: na 6.ª pág. 2.ª colu. linha 17 onde se lê revolucionária deve ler-se voluntária)

SOBRE O ARTIGO 2.º DOS ESTATUTOS

Por MANUEL

O V Congresso definiu uma linha política cujo cumprimento é obrigatório para todos os organismos do Partido, desde o Comité Central até à mais pequena célula de empresa ou Comité Local, para todos os membros do Partido.

Uma vez que o Congresso do Partido traçou uma linha política dependente agora, como é sabido, do trabalho de organização e sucesso ou insucesso da linha política justa traçada.

Neste artigo trataremos precisamente de 2 problemas de cuja compreensão contribuirá para o êxito da linha política do nosso Partido.

É necessário que os membros do Partido actuem

O artigo 2.º dos ESTATUTOS do nosso Partido estabelece que: «*Pode ser membro do Partido Comunista Português todo o homem ou mulher, seja qual for a sua raça ou fé religiosa, desde que aceite o Programa e os Estatutos do Partido, milite activamente numa das suas organizações e pague regularmente a cotização estabelecida pelo Partido.*»

Acceptar o Programa e os Estatutos do Partido, militar activamente numa das suas organizações, e pagar regularmente a cotização estabelecida pelo Partido, não são apenas deveres dos membros do Partido, são mais do que isso: são as condições para se entrar no Partido e para se permanecer no Partido.

Toda a gente compreende com facilidade que, quem não acei-

te o Programa e os Estatutos do Partido, nada têm a fazer nele. A sua aceitação por parte de todos os membros do Partido garante a unidade de pensamento que tem de existir no Partido.

Também se compreende com relativa facilidade a necessidade do pagamento da cotização, até porque a própria vida ensina diariamente que sem dinheiro nada se faz, e sendo o Partido uma organização com funcionários, com imprensa própria etc., etc., é visível que precisa de dinheiro para chegar a toda a parte e melhor servir o nosso Povo.

Mas já é mais difícil compreender a necessidade de se militar activamente numa das organizações do Partido para se ser membro do Partido.

As condições citadas formam um todo; queremos, no entanto, insistir na necessidade de se militar activamente numa das organizações do Partido, porquanto no nosso trabalho nem sempre lidamos a dívida e honra.

As 3 condições estabelecidas nos Estatutos do nosso Partido são as conhecidas 3 condições leninistas para se poder pertencer ao Partido, e chamam-se condições leninistas porque sobre elas ou mais especialmente sobre a necessidade de se pertencer a uma organização e de nela se militar regularmente, insistiu Lênine com firmeza.

Lênine na sua magistral obra «Um passo em frente dois passos à retaguarda»—(1904) analisa profundamente as divergências entre bolcheviques e mencheviques, quer no plano ideológico quer orgânico, lidas no II Congresso do seu Partido, em 1903.

Nesta diferença de concepções teve origem o nascimento do

estilo que deveria caracterizar a acção de um partido bolchevique, concepção que a História, com toda a magnífica realidade que hoje é a União Soviética, provou ser a justa.

A obrigatoriedade de um membro do Partido pertencer a uma organização e de nela militar regularmente não é nova para o nosso Partido, nem foi enunciada agora pela primeira vez. Encontrase, por exemplo, posta com grande vigor nas RESOLUÇÕES DO CONGRESSO ILEGAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS — 1913; na alínea 7 do ponto 3 diz-se: «*Deve terminar-se de vez com a concepção de considerar membro do P., de dar o «título» de membros do P., a todo aquele que lê a imprensa do P., ou auxilia financeiramente o P., ou presta um ou outro serviço isolado ao P. O membro do P., conforme as condições teninistas, deve: 1—Estar de acordo com a linha política do P.; 2—Fazer parte activa duma organização do P.; 3—Pagar a sua cotização...*» (RESOLUÇÕES, pág. 4)

Também o nosso saudoso e grande dirigente camarada Bento Gonçalves dizia muitas vezes que não podia compreender como um membro de um Partido, que luta contra tudo que é velho e injusto, poderia cumprir o seu dever sem desenvolver uma grande actividade.

De facto, como será possível levar à prática a linha do Partido, contribuir para a libertação do nosso povo, se se não trabalhar regularmente e enérgicamente para isso, se se assentarem apenas coisas que depois não serão realizadas?

É sabido que o que faz a força do nosso Partido é a acção conjunta de todo o Partido, esforçando-se todo no mesmo sentido. Garante-se isto nos Estatutos tornando-se obrigatório para todos os membros do Partido a aplicação da linha política traçada nos Congressos do Partido e, entre os Congressos, pelo Comité Central.

É sabido que no Partido deve existir não só a unidade de pensamento mas também unidade de acção. Todavia, na prática, encontramos ainda muitas organizações constituídas por dezenas e dezenas de camaradas, onde os que de facto actuam, os que se esforçam verdadeiramente, são em número pequeno.

Não será verdade que, se temos obtido êxitos maiores ou menores em todas as esferas da actividade do Partido, alcançáramos resultados muito e muito maiores se todos os camaradas que consideramos membros do Partido actuassem na medida das suas reais possibilidades?

Não será também um facto existirem organizações desde células de empresa com dezenas de camaradas até organizações de sectores com centenas de camaradas em que os organismos colectivos se contam pelos dedos, em que a estruturação do trabalho fica muito aquém daquilo que se poderia esperar?

Não se deverão estas nossas deficiências a não se estar a compreender precisamente toda a importância da necessidade dos membros do Partido fazerem parte dos organismos do Partido e de terem de levar à prática com afinco e com toda a regularidade a orientação do Partido e o que os seus organismos resolvam? Contudo, isto é obrigatório para todos os membros do Partido e tem de ser compreendido para que se verifique na prática o centralismo democrático e haja vida política e trabalho colectivo no Partido, como todos queremos que aconteça e os nossos Estatutos também estabelecem.

As Resoluções sobre as questões de organização do V Congresso do nosso Partido—para todo nós obrigatórias, repetimos—dizem no seu ponto 8 que:

«... A partir deste nosso V Congresso os Estatutos são a lei interna do Partido. É agora necessário forjar o Partido à imagem dos Estatutos para a realização do Programa.

O V Congresso recomenda, por isso, que toda a organização partidária seja rapidamente integrada nos princípios estabelecidos nos Estatutos, o que implica a discussão imediata destes em toda a organização do Partido, a ligação prática dos Estatutos à situação e à acção concretas de cada uma das suas organizações e uma luta consequente em todo o Partido contra as violações das normas estatutárias.»

Este forjar o Partido à imagem dos Estatutos deve ser feito pelo

método da persuasão, com paciente esclarecimento político dos camaradas, esclarecendo sempre a imperiosa necessidade de todos os membros do Partido trabalharem nos seus organismos e nunca esquecendo que vivemos sob a brutal repressão fascista pelo que os mais insignificantes esforços ou auxílios materiais, mesmo irregulares, que vêm ajudar a nossa luta contra o salazarismo, devem ser tomadas na devida conta, isto é, acarinhados e estimulados.

Temos de ajudar os camaradas a aperceberem-se do momento político que se vive, e os movimentos de massas mais ainda há-de esclarecê-los.

Mas a verdade é que no nosso Partido não pode, de acordo com os Estatutos, haver camaradas que não tenham tarefas.

Cabe-nos por isso, falar com todos os camaradas ver em que medida podem actuar e dar-lhes para fazer o que podem e desejam fazer; cabe-nos criar com esses camaradas e de acordo com as suas possibilidades os organismos partidários convenientes.

Sem levarmos à prática aquilo que nós mesmos vemos que vai contribuir para que a nossa luta se desenvolva não é possível avançarmos. Se não fizermos aquilo que está ao nosso alcance fazer, quem beneficia é o inimigo.

É na compreensão disto que se baseia a disciplina do nosso Partido, uma disciplina consciente e livremente consentida, necessária para a realização do nosso Programa e das tarefas concretas, que nos cabem, disciplina fundada na compreensão das condições da luta que travamos e dos objectivos que nos propomos, e por esta razão, disciplina rigorosa.

A necessidade de criarmos mais e mais organismos e de um trabalho activo dos membros e das organizações é sentida em toda a acção do Partido. Lancemo-nos portanto ao trabalho com nova energia para forjar o Partido à imagem dos Estatutos, criando assim condições para novos progressos do Partido quer no plano político quer orgânico, certos de que sem se criar um Partido baseado nos princípios estabelecidos nos nossos Estatutos não será possível levar por diante as tarefas que conduzirão à vitória a linha política do Partido.

É necessário recrutar para o Partido

O nosso Partido consolidar-se-á na medida em que se atenda a numerosos aspectos da sua vida que vão desde a defesa da repressão fascista e da provocação até à elevação do nível ideológico de todos os membros do Partido e à ligação do Partido às massas. No entanto, agora, concretamente, queremos tratar da necessidade de se fortalecer numericamente o Partido, isto é, de se recrutar constantemente para o Partido, de se levar a organização do Partido sempre mais adiante.

Durante muitos anos, particularmente depois da Reorganização de 1910-41, o espírito de desenvolver constantemente o Partido animava todos os militantes e simpatizantes do Partido. Sabiamos pouco, daí a consciência de que precisávamos de ser mais. E o Partido cresceu.

Depois, no período da descensão revolucionário, (nos anos que se seguiram a 1919, com o ascenso da reacção internacional, prisão de centenas de camaradas do nosso Partido, entre elas várias da Direcção do Partido, provocação, rotura da unidade das forças democráticas, etc., etc.), tornou-se mais difícil fazer progredir numericamente o nosso Partido, o que não admira sabido como é que os efectivos e, por isso, o estado da organização, são influenciados pela situação política geral.

Todavia já há alguns anos, num constante aumento de condições que nos são favoráveis, e que constituem a presente correlação de forças à escala internacional e nacional, as condições objectivas e subjectivas tornaram-se favoráveis ao recrutamento, ao progresso numérico do Partido em toda a parte.

Estamos a obter êxitos, temos recrutado aqui ou ali, mas muitas organizações e camaradas não se estão a preocupar suficientemente com este problema.

Precisamos recrutar para o Partido centenas, milhares de pessoas. É preciso que o nosso Partido chegue a todas as grandes empresas, às terras principais, às massas operárias do campo, a toda a parte onde os trabalhadores e as outras camadas da população sofrem e têm problemas vitais a resolver.

Precisamos de o fazer porque a missão do nosso Partido é ser-

vir o nosso povo.

Precisamos de o fazer porque se não fortalecermos numericamente o Partido não poderemos levar por diante a imensa tarefa que temos diante de nós: a libertação da nossa Pátria.

Nós, comunistas portugueses, precisamos em primeiro lugar de actuar todos, e no mesmo sentido, mas precisamos também, e muito, de levar o Partido muito mais para diante. Que nenhum camarada tenha a ideia que já estamos onde convivia chegar. Não restam dúvidas de que onde o nosso Partido não chega a propaganda e a demagogia do salazarismo têm mais condições de sobrevivência.

No Informe «Sobre os problemas de organização e os Estatutos do Partido», apresentado ao V Congresso pelo camarada João, diz-se a pág. 17 «é necessário levar a organização do partido a regiões importantes e até mesmo a alguns grandes centros industriais do País onde não temos qualquer trabalho organizado.»

No Programa do nosso Partido diz-se que «A unidade da classe operária que urge alargar e fortalecer nas mais variadas formas de luta por reivindicações económicas, políticas e sociais, é indispensável para que a classe operária possa desempenhar o seu papel dirigente na luta do povo português pela conquista da democracia.»—pág. 10.

Por isso o V Congresso na sua 8.ª Resolução «Sobre as questões de organização» determinou que

«A tarefa central do Partido no momento presente é a realização da unidade da classe operária e da aliança operária-camponesa como forças decisivas da unidade anti-salazarista e da realização do Programa do Partido. Daí que uma atenção fundamental deve ser dada ao fortalecimento das nossas organizações de operários industriais e agrícolas e entre os pescadores...»

Ora, sendo a unidade da classe operária de importância fundamental para a defesa dos seus interesses vitais imediatos, para a unificação ideológica e política do proletariado, para que se possa construir um vasto movimento da unidade dos anti-salazaristas, fácil é vermos que sem a presença do Partido nas principais empresas do País e em todas as cidades mais importantes, a desejada unidade da classe operária não será obtida, porque só poderá ser obtida através da acção organizada das massas, para o que é preciso o trabalho, a acção, a vitalidade política, a presença do nosso Partido no seio das massas trabalhadoras.

A necessidade de fortalecer e alargar o Partido será sempre um problema actual.

Se compreendermos profundamente que

«O progresso e desenvolvimento do Partido é a melhor garantia do triunfo da causa anti-fascista», como afirmou o II Congresso ilegal do nosso Partido, em 1946, certamente nos preocuparemos muito mais com o engrandecimento do Partido. Então, os nossos olhos abrir-se-ão, olharemos à nossa volta e veremos numerosas pessoas honradas dispostas a vir ao nosso Partido. E porque o nosso Partido precisa delas nas suas fileiras, recruta-las-emos.

Não conheceremos todos os casos de pessoas que procuraram ansiosamente o Partido?

E, não conhecemos casos, quase inacreditáveis, de homens e mulheres que sabemos serem honrados, que ajudam o Partido em todos os aspectos, mas a quem se esconde o nome do Partido, a quem não é posta a questão da adesão ao Partido, quando tudo indica que será aceite com alegria?

Quem não terá posto os olhos seriamente sobre a juventude operária, camponesa e estudantil que não tenha notado o seu desejo imenso de vir às fileiras do Partido?

Porque esperamos?

O nosso Partido é um Partido de tipo novo, é o Partido do Futuro, do Progresso, da Felicidade, da Honra, da Democracia, do Socialismo, da Paz, por isso hoje as condições são-nos inteiramente favoráveis, a despeito de toda a repressão, para trazermos ao Partido muitos e bons camaradas.

O nosso povo é um povo honrado e corajoso que mesmo apesar de 32 anos de fascismo luta mais esforçadamente do que nunca. O nosso povo precisa e pede a ajuda do nosso Partido.

Acabemos com o sectarismo. Vamos com audácia ao encontro das massas; olhemnos com atenção à nossa volta.

Veja-se um caso muito recente: Um operário agrícola, que faz parte de um comité local, resolveu passar a numerosos seus companheiros de trabalho os cupões do APELO DO PARTIDO PARA OS MIL CONTOS. Resultado: passou em pouco tempo 10 cupões de 10500, 17 de 5500, e um de 20500 e ainda recebeu mais de 80500 de outros trabalhadores que aborreu e que se dispuseram a ajudar o nosso Partido mas que disseram recear ficar com os cupões. Este nosso camarada que começou a passar os cupões entre os seus honrados companheiros de trabalho com alguma hesitação encontra-se agora cheio de entusiasmo e não dá por esgotada a sua capacidade de passar cupões.

Este exemplo, que tantos ensinamentos trás, não mostrará também que assim se pode abrir caminho para que venham ao Partido novos trabalhadores? Entre estas 5 dezenas de trabalhadores não haverá quem queira vir ao Partido logo que seiba o que o Partido é? Certamente há.

O nosso Partido precisa chegar a toda a parte. O caminho não é novo: é irmos para as massas, é procurarmos novas ligações e desenvolvermos as que temos.

Se compreendermos bem porque é isto preciso, não haverá mais terras, organizações e camaradas desligados, não haverá mais camaradas sí-fios das suas terras sem credenciais, trataremos com a toda atenção os problemas da organização do Partido, etc., etc.; procuraremos todos que o Partido se desenvolva, faremos novas empresas, classes e cidades; olharemos com maior atenção para as pessoas que nos rodeiam, para os nossos companheiros de trabalho e procuraremos que venham ao Partido porque os futuros membros do Partido não cairão do céu, antes terão que ser procurados entre as pessoas que já conhecemos, os nossos amigos, as pessoas das nossas famílias e, em primeiro lugar entre os nossos honrados companheiros de trabalho e de luta. Todos nós podemos e devemos recrutar para o Partido. Todos nós podemos e devemos ajudar a compreender às pessoas que nos rodeiam a justeza do artigo 2º dos nossos Estatutos.

ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DA REPRESSÃO FASCISTA

Por LEONOR

Na época que atravessamos, em que a elevada consciência política do nosso povo o impeliu a uma luta intensa contra o fascismo, este, sentindo abalar os seus alicerces, recrudescer de ódio e violência, intensificou a repressão e encheu de presos políticos o forte de Caxias, a Penitenciaría, as prisões da PIDE no Porto e várias outras cadeias.

Salazar e os monopolistas reacçãoários que o sustentam no Poder, contra a vontade e os interesses do povo, sabem que só a repressão mais violenta lhes pode prolongar a sobrevivência. Por isso as «verbas especiais» do Ministério do Interior destinadas à PIDE, G.N.R. e Legião Portuguesa, aumentam em milhares de contos.

A repressão é a tática do fascismo para abater a vontade de luta das massas, amordaciar no médio os descontentamentos e a revolta crescentes do nosso povo. E temos que ser realistas: esse objectivo é em grande parte conseguido. Não consegue fazer parar o nosso povo, mas pode reduzir-lhe as possibilidades de resistência. Um camponês ou um operário ou qualquer outro traba-

lhador que esteja preso, sentirá a preocupação muito pramente humana de saber os seus filhos e a família a tratos com a fome, privados do braço que lhes angariava o sustento.

Ora todos os portugueses que querem ver mudado este regime, sabem que esses homens e mulheres foram presos pela sua acção anti-salazarista. Todos aqueles que puseram uma gravata preta ou foram a pé para os seus empregos, que deixaram de comprar o jornal ou participaram de qualquer forma nas jornadas de boicote, sentem em si forças para uma acção mais decidida contra o governo. Todos esses milhares de pessoas que participaram nas jornadas de Unidade do nosso povo, estão dispostos a dar a sua pequena contribuição a favor daqueles que mais se têm sacrificado para derrubar o salazarismo. Há um vivo protesto contra as «medidas de segurança» que retêm em prisão perpétua patriotas como Álvaro Cunhal, Francisco Miguel, Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Guedes, Georgette Pereira e tantos outros.

Não podemos esquecer que uma das reivindicações mais sen-

lides por todo o povo, durante a recente campanha eleitoral, foi a de uma ampla amnistia aos presos políticos.

A criação de numerosas comissões de assistência contribuirá poderosamente para a luta pela conquista desta reivindicação, e pode contar com o apoio de todos os portugueses descontentes com o actual regime e ainda daqueles que, embora partidários do regime, não estejam de acordo com os seus métodos de terror.

Organizar recolhas de fundos e assinaturas pela amnistia entre toda essa gente é fazermos com que se sintam solidários com os presos políticos, é promover uma acção concreta de unidade contra o fascismo. Os nossos militantes têm que criar a convicção de que hoje, a assistência aos presos políticos transcende muito a simples solidariedade, para se tornar uma forma activa de luta contra o fascismo.

Na carta de 18-6, do General Humberto Delgado ao Ministro do Interior, o general anuncia que «o MNI organizará o apoio financeiro e moral às vítimas da repressão, bem assim como se continuará a reclamar a libertação dos presos políticos.»

Devemos trabalhar para que seja levada à prática esta resolução humana e justa do general. É urgente formar comissões de assistência que englobem pessoas dos mais variados sectores e opiniões, católicos, donas de casa, trabalhadores, comerciantes e industriais, sem esquecer as famílias dos presos. As mulheres podem e devem ter uma grande acção nestas comissões de assistência.

Oferece-se um vasto campo de actividade a estas comissões. Elas deverão saber aproveitar todas as oportunidades, para protestar contra a ilegalidade e arbitrariedade das prisões. O dia 10 de Dezembro que foi escolhido pela Organização Mundial Pro-Nações Unidas para comemorar os direitos do homem poderia ser aproveitado, por exemplo para uma grande jornada de protesto contra a não efectivação em Portugal dos Direitos do Homem, para uma jornada de luta pela amnistia.

Comissões de assistência devem ser formadas, sobretudo, nos sítios onde a repressão foi mais dura. Ai sente-se mais fortemen-

te a necessidade de agir contra a repressão, de solidariedade com os presos. Há regiões onde, durante as recentes greves, foram presas dezenas de pessoas. Há terras pequenas, como o Couço, que contam 60 presos. Aqui, o povo todo avançou contra a sede da GNR, fechando a rua de ambos os lados, e como estavam cortados os fios telefónicos, a GNR sentindo-se completamente isolada, foi obrigada a libertar os presos. Só a ida de 40 carros da PIDE, com metralhadoras e alto-falantes, no maior aparato bélico, conseguiu levar 60 presos, alguns feridos por rajadas de metralhadora. Os camponeses de Arcena, unidos, impediram a prisão dum contumelioso.

Por toda a parte o povo está a responder com acções de massas à repressão do inimigo. Não foram os pescadores de Matozinhos arrancar às prisões da PIDE do Porto os seus companheiros presos?

Todas estas acções de massas ensinam-nos que novas formas de luta contra a repressão estão a surgir da parte do povo. Assim como estão também a surgir formas espontâneas de solidariedade e assistência. Por exemplo: durante a greve dos pescadores de Matozinhos, uma padaria fez fornadas de pão para os grevistas, e os operários duma fábrica do Porto enviaram-lhes 1.500\$00 e géneros alimentícios. Em todo o baixo Ribatejo recolheu-se dinheiro, roupas e medicamentos para os presos e suas famílias, e em numerosas empresas têm-se formado comissões de solidariedade que têm recolhido dinheiro para as vítimas da repressão.

Se nós sabemos que entre as camadas descontentes dos portugueses se encontram pequenos e médios comerciantes, industriais e proprietários agrícolas, podemos ter a certeza de encontrar nessas pessoas um apoio efectivo para acções de assistência e amnistia.

É urgente começarmos a trabalhar para criar um forte movimento de assistência às vítimas da repressão fascista.

Não devemos esquecer que através da assistência e favorecendo um contacto mais íntimo entre as famílias dos presos, nós estamos a reforçar a unidade de operários e camponeses, a unidade dos anti-salazaristas.

(continuação da 4.ª página)

Em princípios de 1860 começou a reanimar-se o movimento operário na Europa, restabelecendo-se das derrotas sofridas em 1848. Marx e Engels, sempre ligados à acção revolucionária, fundaram em 1864 a Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional. Foi Marx, seu inspirador e dirigente ideológico, quem fez o discurso inaugural na sua primeira assembleia. A Primeira Internacional desempenhou um importantíssimo papel na história do movimento operário, ajudando diversos agrupamentos revolucionários de tendência não-marxista e de vários países a evoluir para o socialismo científico. A Portugal, e com este objectivo, foi enviado um delegado da Primeira Internacional, que em Lisboa conferenciou com os socialistas José Fontana e Antão do Quental. Marx lutou intransigentemente contra todas as tendências oportunistas, anarquistas e pequeno-burguesas, em geral, forçando assim a tática revolucionária do proletariado.

Em 1871, tendo em conta a experiência histórica da Comuna de Paris, onde pela primeira vez a classe operária tinha tomado conta do Poder, Marx escreveu a sua obra «A Guerra Civil em França». Após a derrota da Comuna, o Conselho Geral da Internacional teve de se transferir de Londres para Nova Iorque. Em

1876 era esta organização dissolvida.

Mas o marxismo, como uma torrente impetuosa invadindo uma planície, foi-se espalhando entre o proletariado mundial. Nos países industrializados, começaram a formar-se, sob influência do marxismo, partidos operários de massas. Marx era o centro da atracção de todos eles. A sua casa vinham pedir conselhos os dirigentes franceses, russos, americanos, alemães e de muitos outros países.

Marx, apesar de todos os seus esforços, não conseguiu dar por terminada a sua obra fundamental, «O Capital», pedra angular do materialismo histórico. As duas condições da sua vida de revolucionário e o excessivo trabalho a que se entregou, minaram as suas forças e a 14 de Março de 1883, às duas horas e quarenta e cinco minutos da tarde, sentado à sua mesa de trabalho e na sua cadeira predilecta, cessou a vida de Marx, cérebro e coração do proletariado. A 17 de Março, é enterrado no cemitério londrino de High-Gate, aquele de quem o seu grande amigo e companheiro de armas, Frederico Engels, disse com toda a propriedade que «era a cabeça mais grandiosa do nosso tempo» e que «morreu admirado, querido, chorado por milhões de companheiros de armas, revolucionários de toda a Europa e América, desde as minas da Sibéria até à Califórnia».

ÍNDICE CRONOLÓGICO DAS PRINCIPAIS OBRAS DE MARX

«Diferença da natureza na filosofia de Demócrito e Epicuro» (Tese)	1841
«Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel» (Paris)	1844
«A Santa Família» (juntamente com Engels, Paris)	1844
«Discurso Sobre o Livre Cambismo» (Bruxelas)	1846
«A Miséria da Filosofia» (Bruxelas)	1847
«Manifesto Comunista» (juntamente com Engels, Bruxelas)	1848
«O 18 Brumário de Luís Bonaparte» (Londres)	1852
«Revelações sobre o Processo da Colónia» (Londres)	1853

«Crítica da Economia Política» (Londres)	1859
«Herr Vogt» (Londres)	1860
«Discurso Inaugural da A. I. T.» (Londres)	1864
«O Capital» (1.º volume, Londres)	1871
«A Guerra Civil em França» (Londres)	1871
«Crítica ao Programa de Gotha» (Londres)	1875
«O Capital» (2.º volume)	1885
«O Capital» (3.º volume)	1894
«História das Doutrinas Económicas» (editado por Kautsky)	1904